



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
PODER EXECUTIVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



PREFEITURA MUNICIPAL
BRASIL NOVO
GOV. DO ESTADO DO PARÁ

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 029/2017 Pág. 381

Rubrica

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

O Sr. TIAGO OLIVEIRA DA SILVA, nomeado através do Decreto Municipal nº 035 de 03 janeiro de 2017, responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Brasil Novo/PA, declara, para os devidos fins, juntos ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 11, da resolução nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o processo nº 029/2017, referente ao Pregão Presencial, tendo por objeto Seleção e Contratação de pessoa jurídica, do ramo pertinente, especializada para confecção de impressos gráficos, para manutenção das atividades da Prefeitura e demais Fundos Municipal de Brasil Novo, celebrado com as empresas CORTONEZI & OLIVEIRA LTDA-ME CNPJ: 06.539.294/0001-00; EDMILSON CONCEIÇÃO FREITAS 04097126202 CNPJ: 26.408.489/0001-29; EDER BRITO DIAS-ME CNPJ: 14.199.929/0001-04; ANTONIO BRITO DIAS-ME CNPJ: 06.901.190/0001-02; A. S. C. BORGES-ME CNPJ: 10.173.635/0001-44, com base na insculpidas pela lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais regras correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra;


- Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para o Poder Executivo Municipal;

- Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação estando apto a gerar despesas para o Poder Executivo, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

- Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para o Poder Executivo, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no parecer do controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providencias de alçada.

Brasil Novo (PA), 29 de maio de 2017.


TIAGO OLIVEIRA DA SILVA
Controladoria Interna